

## 2ª Conferência do Fórum Permanente para as Competências Digitais INCoDe

### **Intervenção do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques**

Lisboa, 12 de dezembro de 2017

Caros colegas de Governo,

Senhor Presidente do Fórum Permanente para as Competências Digitais,

Senhoras e Senhores,

Não precisamos de recuar muitos anos para nos recordarmos que algumas das tecnologias que usamos no dia-a-dia eram realidades longínquas e até, de certo modo, visionárias ou mesmo fantasiosas, como os telemóveis e as suas inúmeras aplicações ou

as impressões 3D, já para não referir os veículos não tripulados ou os avanços na inteligência artificial.

Estes avanços tecnológicos tiveram tal impacto na economia e na sociedade que hoje não conseguimos sair de casa sem telemóvel, como amanhã será absolutamente banal utilizar um carro autónomo ou alguma outra tecnologia que ainda não conhecemos, mas que se poderá impor e tornar indispensável.

Com efeito, a velocidade de adoção das novas tecnologias é tal que em pouco tempo algumas novidades se tornam obsoletas, ao mesmo tempo que outras assumem tal preponderância que, de repente, se estabelecem novos standards de funcionamento de setores económicos inteiros ou até no relacionamento pessoal.

A possibilidade de aproveitarmos os desafios que nos traz esta nova realidade está intimamente ligada à capacidade de antecipação que quer as entidades públicas quer as entidades privadas demonstrem na adaptação a estas novas realidades.

Sendo certo que ninguém conhece o futuro, que é por natureza incerto, importa então saber ler as tendências, para desenvolver as características que melhor possam acolher as várias possibilidades de futuro, tirando dele proveito.

Foi nesse sentido que o Governo, assumiu, desde o seu programa, que a digitalização da economia é uma tendência incontornável, devendo ser abraçada para que a economia nacional seja mais competitiva e possa crescer e ser bem-sucedida nas cadeias de valor internacionais.

Para enfrentarmos este ambicioso desafio que as fronteiras do digital nos colocam, temos de dar uma resposta abrangente que cubra diversas dimensões.

Em primeiro lugar, ao nível da conectividade digital, na qual está fundado o desenvolvimento da economia digital, através de infraestruturas de comunicação que possibilitem o tráfego a grande velocidade de enormes volumes de dados.

O nosso país está bem classificado nos rankings internacionais relativos às infraestruturas de comunicações, como seja a cobertura de banda larga fixa, que atinge praticamente os 100%; ou as redes de nova geração e em 4G, que apresentam níveis de cobertura acima das médias europeias.

Contudo, para se manter na dianteira entre os países com melhores redes de alto débito e concretizar o potencial que nos trazem tecnologias como a internet das coisas, o machine-to-machine, a *big data* ou a georreferenciação, precisaremos de prosseguir o esforço de modernização da infraestrutura tecnológica de suporte à digitalização, para que esta comporte as necessidades de transferência massiva de dados a velocidades cada vez mais instantâneas, seja com a instalação da banda larga ultrarrápida, do 5G ou de outras infraestruturas necessárias à economia digital, como as interligações por cabo submarino entre o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com vista a garantir um acesso equitativo e concorrencial destas regiões a produtos e serviços de última geração.

Este investimento constitui uma prioridade para Portugal e tem de ser assumida nos mesmos termos pela União Europeia, pois é também deste modo que é promovida

a coesão territorial e o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do país e do espaço europeu.

Em segundo lugar, devemos ter bem presente a dimensão das competências dos cidadãos, enquanto elemento indispensável para ser competitivo neste mundo digiglobal.

Neste domínio, Portugal ainda apresenta uma performance bastante abaixo da média europeia, o que corresponde, afinal, ao défice estrutural de competências que o país ainda apresenta.

Importa, pois, promover a adaptação dos sistemas de educação e formação às exigências decorrentes da digitalização, promovendo a inclusão na sociedade digital de toda a população – dos jovens aos idosos, dos mais qualificados aos menos qualificados, promovendo uma maior empregabilidade da população ativa e, simultaneamente, aumentando a competitividade da economia.

Por esse motivo, logo no início da legislatura apresentámos ao país o Programa Nacional de Reformas, em que delineámos a estratégia de médio prazo para o desenvolvimento do país, identificando medidas concretas a desenvolver, prazos de execução e respetivas fontes de financiamento.

Definimos a Qualificação dos Portugueses como um dos pilares centrais do Programa Nacional de Reformas, estabelecendo um vasto conjunto de medidas específicas, das quais gostaria de destacar o Programa Qualifica, por representar o

retomar de uma grande aposta (que parecia estar a perder-se) na qualificação da população; e a Iniciativa INCoDe.2030, pelo seu potencial de desenvolvimento das competências críticas para o mundo de amanhã.

A nossa confiança nesta Iniciativa e a cristalina perceção de que ela é essencial para o nosso país levaram a que, na recente reprogramação do Portugal 2020 que levámos a cabo, tenhamos aumentado os recursos disponíveis para o apoio à implementação da Iniciativa INCoDe.2030. Para além da manutenção do financiamento dos Cursos TESP, criámos uma nova linha de apoio à promoção das competências básicas para a digitalização, dotada com 23 milhões de euros, e que permitirá alavancar um investimento fundamental para aumentar a adesão dos portugueses, nomeadamente dos mais desfavorecidos, às tecnologias digitais, apostando na sua literacia e nas suas capacidades.

Sabemos que a aposta nas qualificações é um caminho longo que Portugal tem de trilhar rapidamente. Não podemos, por isso, adiar essa aposta. Para que a nossa população, os jovens e os adultos de hoje e não da próxima geração, tenham mais competências, estejam mais preparados e sejam mais competitivos, para que a economia portuguesa se desenvolva e possamos criar uma sociedade mais próspera e mais equitativa.

Muito obrigado.